

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**Senhores Quotistas,**  
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações contábeis da Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Votorantim Corretora") relativas aos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.  
A Votorantim Corretora é uma companhia de capital fechado que tem por objeto social, principalmente, operar em bolsas de valores, negociar e distribuir títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros.

A Votorantim Corretora possui quatro selos referentes às certificações do Programa de Qualificação Operacional (POO) para os segmentos Bovespa e BMSF. Essas certificações reconhecem a conformidade da Votorantim Corretora quanto a seu posicionamento estrutural e operacional, identificadas nas melhores práticas do setor.  
Em Dezembro de 2016, o Banco encerrou as atividades de *Equity Research*, mantendo inalterada a qualidade dos serviços e da equipe que se relaciona com empresas e investidores, mantendo seus esforços direcionados aos serviços de execução das mesas BMSF e Bovespa, pesquisa macroeconômica e política, assim como o foco em *Corporate Access*.

No encerramento de Dezembro de 2016, a Votorantim Corretora registrou patrimônio líquido de R\$ 265,3 milhões (R\$ 267,0 milhões em Dezembro de 2015). Em 2016, o resultado líquido foi de R\$-1,7 milhão (R\$ 6,8 milhões em 2015), e o total das receitas de prestação de serviços e com rendas de tarifas foi de R\$ 22,4 milhões (R\$ 19,7 milhões em 2015).  
A administração da Votorantim Corretora agradece aos quotistas, clientes e parceiros pela confiança depositada e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.  
São Paulo, 09 de fevereiro de 2017  
A Diretoria

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.12.2016	31.12.2015
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>434.755</b>	<b>438.204</b>
<b>Disponibilidades</b>	4	751	454
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	5	283.790	279.767
Aplicações no mercado aberto		1.369	989
Aplicações em depósitos interfinanceiros		282.421	278.778
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>	6a	11.992	12.191
Carteira própria		2.771	2.379
Vinculados a compromissos de recompra		393	3.548
Vinculados à prestação de garantias		8.828	6.264
<b>Outros Créditos</b>		<b>138.000</b>	<b>145.755</b>
Negociação e intermediação de valores	7	131.544	132.579
Diversos	8	6.456	13.176
<b>Outros Valores e Bens</b>		<b>222</b>	<b>37</b>
Despesas antecipadas		222	37
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>18.314</b>	<b>16.846</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>16.868</b>	<b>15.541</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	5	171	319
Aplicações no mercado aberto		171	319
<b>Outros Créditos</b>		<b>16.697</b>	<b>15.222</b>
Diversos	8	16.697	15.222
<b>PERMANENTE</b>		<b>1.446</b>	<b>1.305</b>
<b>Investimentos</b>	9	694	708
Outros investimentos		3.330	3.276
(Imparidade acumulada)		(2.636)	(2.568)
<b>Imobilizado de uso</b>	10	72	114
Outras imobilizações de uso		1.913	1.957
(Depreciação acumulada)		(1.841)	(1.843)
<b>Intangível</b>	11	680	483
Ativos intangíveis		969	785
(Imparidade acumulada)		—	(200)
(Amortização acumulada)		(289)	(102)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>453.069</b>	<b>455.050</b>

	Nota	31.12.2016	31.12.2015
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>173.729</b>	<b>167.665</b>
<b>Captações no Mercado Aberto</b>	12a	1.369	4.248
Carteira própria		—	3.249
Carteira de terceiros		1.369	999
<b>Outras Obrigações</b>		<b>172.360</b>	<b>163.417</b>
Sociais e estatutárias		3.363	7.231
Fiscais e previdenciárias	13a	4.119	3.921
Negociação e intermediação de valores	7	142.441	122.901
Diversas	13b	22.437	29.364
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>14.000</b>	<b>20.362</b>
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>14.000</b>	<b>20.362</b>
<b>Captações no Mercado Aberto</b>	12a	562	319
Carteira própria		392	319
Carteira de terceiros		170	—
<b>Outras Obrigações</b>		<b>13.438</b>	<b>20.043</b>
Fiscais e previdenciárias	13a	5.727	10.552
Negociação e intermediação de valores	7	3.202	2.728
Diversas	13b	4.509	6.763
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>265.340</b>	<b>267.023</b>
<b>Capital</b>	16a	190.763	185.970
De domiciliados no País		190.763	185.970
<b>Reservas de Lucros</b>	16b	74.577	81.053
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>453.069</b>	<b>455.050</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - PERÍODO DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**  
(Valores expressos em milhares de reais)

EVENTOS	Nota	Capital Social		Reservas de Lucros			Lucros/(Prejuízo) Acumulados		Total
		Capital Realizado	Reserva Legal	Expansão	Outras Reservas				
<b>Saldos em 31.12.2014</b>		<b>169.280</b>	<b>13.791</b>	<b>62.132</b>	<b>16.690</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>261.893</b>	
Lucro Líquido do período	16a	16.690	—	—	(16.690)	—	—	—	
Destinações:		—	—	—	—	6.727	—	6.727	
Reserva legal		—	337	—	—	—	(337)	—	
Dividendos	16c	—	—	—	—	(1.597)	(1.597)	—	
Reservas especiais de lucros		—	—	—	4.793	(4.793)	—	—	
<b>Saldos em 31.12.2015</b>		<b>185.970</b>	<b>14.128</b>	<b>62.132</b>	<b>4.793</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>267.023</b>	
<b>Mutações do Período</b>		<b>16.690</b>	<b>337</b>	<b>—</b>	<b>(11.897)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>5.130</b>	
<b>Saldos em 30.06.2016</b>		<b>190.763</b>	<b>14.249</b>	<b>62.132</b>	<b>4.793</b>	<b>2.308</b>	<b>269.452</b>	<b>4.112</b>	
Prejuízo do período		—	—	—	—	(4.112)	(4.112)	—	
Absorção do prejuízo		—	—	(1.804)	90	1.804	—	—	
<b>Saldos em 31.12.2016</b>		<b>190.763</b>	<b>14.249</b>	<b>60.328</b>	<b>(1.804)</b>	<b>265.340</b>	<b>(4.112)</b>	<b>265.340</b>	
<b>Mutações do Período</b>		<b>185.970</b>	<b>14.128</b>	<b>62.132</b>	<b>4.793</b>	<b>—</b>	<b>267.023</b>	<b>(1.683)</b>	
Aumento de capital		4.793	—	—	(4.793)	—	—	—	
Prejuízo do período		—	—	—	—	(1.683)	(1.683)	—	
Destinações:		—	—	—	—	—	—	—	
Reserva legal		—	121	—	—	(121)	—	—	
Absorção do prejuízo		—	—	(1.804)	—	1.804	—	—	
<b>Saldos em 31.12.2016</b>		<b>190.763</b>	<b>14.249</b>	<b>60.328</b>	<b>(1.804)</b>	<b>265.340</b>	<b>(1.683)</b>	<b>265.340</b>	
<b>Mutações do Período</b>		<b>4.793</b>	<b>121</b>	<b>(1.804)</b>	<b>(4.793)</b>	<b>—</b>	<b>(1.683)</b>	<b>—</b>	

O Lucro por Quota está divulgado na Demonstração do Resultado.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**  
(Valores expressos em milhares de reais)

Receitas	Nota	2º Semestre/2016		Exercício/2016		Exercício/2015	
Receitas de intermediação financeira		32.394	63.803	56.021	—	—	—
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	14a/14b	20.968	22.428	19.686	36.518	—	—
Outras receitas/despesas	14e/14f/15	11.077	22.428	19.686	—	—	—
<b>Despesas da Intermediação Financeira</b>		<b>(148)</b>	<b>(355)</b>	<b>(383)</b>	<b>(69.153)</b>	<b>(134)</b>	<b>(185)</b>
<b>Insuamos Adquiridos de Terceiros</b>		<b>(8.554)</b>	<b>(18.037)</b>	<b>(16.858)</b>	<b>(100)</b>	<b>(100)</b>	<b>(89.309)</b>
Materiais, água, energia e gás	14d	(11)	(59)	(51)	—	—	—
Serviços de terceiros	14d	(7)	(25)	(98)	—	—	—
Comunicações	14d	(415)	(861)	(711)	—	—	—
Processamento de dados	14d	(2.787)	(5.320)	(5.221)	—	—	—
Transporte	14d	(58)	(100)	(47)	—	—	—
Serviços de vigilância e segurança	14d	—	(9)	(22)	—	—	—
Serviços técnicos especializados	14d	(4.296)	(9.231)	(7.943)	—	—	—
Serviços do sistema financeiro	14d	(134)	(397)	(418)	—	—	—
Propaganda e publicidade	14d	—	—	(31)	—	—	—
Emolumentos judiciais e cartorários	14d	(29)	(54)	(16)	—	—	—
Outras	14d	(817)	(1.981)	(2.300)	—	—	—
<b>Valor Adicionado Bruto</b>		<b>23.692</b>	<b>45.411</b>	<b>38.797</b>	<b>(54)</b>	<b>(457)</b>	<b>(375)</b>
Despesas de amortização/depreciação	14d	(112)	(248)	(196)	—	—	—
<b>Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade</b>		<b>23.580</b>	<b>45.163</b>	<b>38.601</b>	<b>(54)</b>	<b>(457)</b>	<b>(375)</b>
Valor Adicionado a Distribuir		23.580	45.163	38.601	—	—	—
Valor Adicionado Distribuído		23.580	45.163	38.601	—	—	—
<b>Pessoal</b>		<b>24.351</b>	<b>103,27%</b>	<b>34.743</b>	<b>76,93%</b>	<b>16.854</b>	<b>43,66%</b>
Salários e honorários	14c	20.683	25.946	9.707	—	—	—
Participação de empregados e administradores nos lucros e resultados		(51)	3.317	4.801	—	—	—
Benefícios e treinamentos	14c	1.248	2.243	1.507	—	—	—
FGTS		2.471	2.243	2.237	—	—	—
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>		<b>2.993</b>	<b>12,69%</b>	<b>11.272</b>	<b>24,96%</b>	<b>13.026</b>	<b>33,75%</b>
Federais		2.212	9.615	11.527	—	—	—
Municipais		781	1.657	1.499	—	—	—
<b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>		<b>348</b>	<b>1,48%</b>	<b>831</b>	<b>1,84%</b>	<b>1.994</b>	<b>5,17%</b>
Aluguéis	14d	348	831	1.994	—	—	—
<b>Remuneração de Capitais Próprios</b>		<b>(4.112)</b>	<b>-17,44%</b>	<b>(1.683)</b>	<b>-3,73%</b>	<b>6.727</b>	<b>17,43%</b>
Dividendos		—	—	1.597	—	—	—
Lucro retido (Prejuízo absorvido)		(4.112)	(1.683)	5.130	—	—	—

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de Reais)**

**1. A CORRETORA E SUAS OPERAÇÕES**  
A Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Sociedade") é uma Sociedade de capital fechado que tem por objeto social, principalmente, operar em Bolsas de valores, negociar e distribuir títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros.  
As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que compõem o Conglomerado Financeiro Votorantim ("Conglomerado") e atuam integradamente, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos, e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições especializadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

**2. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).  
A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do ativo permanente, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.  
O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela Sociedade, quando aplicável: CPC 00 (R1) - Pronunciamento Conceitual Básico, CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Eventos Subseqüentes e CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.  
A Sociedade aplica o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado que não é conflitante com as normas do BACEN, conforme determina a regulamentação vigente.  
Em 24 de novembro de 2016, foi emitida a Resolução CMN nº 4.534 que trata do reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível e do diferido, os requerimentos referentes à descontinuidade dos registros contábeis de ativo diferido tornou-se vigente a partir da data de publicação da norma, e os demais requerimentos, relativos à mensuração e classificação de intangível, aplica-se prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2017. A aplicação da norma não implicará em impactos para a Sociedade.  
A Resolução CMN nº 4.535, também emitida em 24 de novembro de 2016, trata do registro contábil dos componentes do imobilizado e aplica-se prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2017. A aplicação da norma não implicará em impactos relevantes para a Sociedade.  
As emissões das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Administração em 09 de fevereiro de 2017.

**3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**  
As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme.

**a) Apuração do Resultado**  
Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros prefixados estão registradas pelo valor de resgate, retificadas por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

**b) Mensuração a Valor Presente**  
Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros. Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob o controle da Sociedade, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

**c) Caixa e Equivalentes de Caixa**  
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações comissões - posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

**d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**  
As aplicações interfinanceiras são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

**e) Títulos e Valores Mobiliários - TVM**  
Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido da provisão para perda, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas, conforme regulamentação vigente:  
**Títulos para negociação:** Títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;  
**Títulos disponíveis para venda:** Títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e  
**Títulos mantidos até o vencimento:** Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.  
A metodologia de ajuste a valor de mercado foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração, ou, na falta deste, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados por fontes externas ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de

precificação, utilizando curvas de valores futuros no taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez, todas devidamente aderentes aos preços praticados no período.  
Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados *pro rata die*, com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.  
As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.  
Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizados pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como Lucro ou Prejuízo com títulos e valores mobiliários.

**f) Instrumentos Financeiros Derivativos**  
Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.  
A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.  
Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em: **Hedge de risco de mercado:** os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período; e  
**Hedge de fluxo de caixa:** para os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se em conta destacada do patrimônio líquido, com base em critérios consistentes e verificáveis quando aplicável.  
**Imobilizado de uso:** o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais: sistemas de processamento de dados - 20% e demais itens - 10% (Nota Explicativa nº 10).  
**Intangível:**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de Reais)**

**a.2) Composição da carteira por rubricas de publicação e prazo de vencimento**

	31.12.2016				31.12.2015			
	Valor de Mercado		Total		Valor de Mercado		Total	
<b>Vencimento em Dias</b>	<b>181 a 360</b>	<b>Acima de 360</b>	<b>Valor de custo</b>	<b>Valor de mercado</b>	<b>Marcação a mercado</b>	<b>Valor de custo</b>	<b>Valor de mercado</b>	<b>Marcação a mercado</b>
Carteira própria	2.771	2.771	2.771	2.771	2.379	2.379	2.379	3.548
Vinculados a compromisso de recompra	393	393	393	393	3.548	3.548	3.548	—
Vinculados à prestação de garantias	1.688	7.140	8.830	8.830	(2)	6.264	6.264	—
<b>Total</b>	<b>1.688</b>	<b>10.304</b>	<b>11.994</b>	<b>11.992</b>	<b>(2)</b>	<b>12.191</b>	<b>12.191</b>	<b>—</b>

**a.3) Composição da carteira por categoria e prazo de vencimento em anos**

	31.12.2016				31.12.2015			
	Valor de Mercado		Total		Valor de Mercado		Total	
<b>Vencimento em Anos</b>	<b>A vencer em até um ano</b>	<b>A vencer entre 1 e 5 anos</b>	<b>Valor de custo</b>	<b>Valor de mercado</b>	<b>Valor de custo</b>	<b>Valor de mercado</b>	<b>Valor de custo</b>	<b>Valor de mercado</b>
1 - Títulos para negociação	1.688	10.304	11.994	11.992	12.191	12.191	12.191	12.191
<b>Total</b>	<b>1.688</b>	<b>10.304</b>	<b>11.994</b>	<b>11.992</b>	<b>12.191</b>	<b>12.191</b>	<b>12.191</b>	<b>12.191</b>

**a.4) Resumo da carteira por rubricas de publicação**

	31.12.2016			31.12.2015		
	Valor Contábil	Cir.	Não	Valor Contábil	Cir.	Não
<b>Por Carteira</b>	<b>culante</b>	<b>circulante</b>	<b>Total</b>	<b>culante</b>	<b>circulante</b>	<b>Total</b>
Carteira própria	2.771	—	2.771	2.379	—	2.379
Vinculados a compromisso de recompra	393	—	393	3.548	—	3.548
Vinculados à prestação de garantias	8.828	—	8.828	6.264	—	6.264
<b>Total</b>	<b>11.992</b>	<b>—</b>	<b>11.992</b>	<b>12.191</b>	<b>—</b>	<b>12.191</b>

**a.5) Resumo da carteira por categoria**

	31.12.2016	31.12.2015
1 - Título para Negociação	11.992	100%
<b>Valor contábil/mercado da carteira</b>	<b>11.992</b>	<b>12.191</b>

**b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários**

	2º Semestre/ Exercício/ Exercício/	
	2016	2016
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	19.467	38.296
Títulos de renda fixa	1.397	2.783
Rendas de aplicações no mercado aberto (Nota 5b)	104	206
<b>Total</b>	<b>20.968</b>	<b>41.285</b>

**c) Reclassificações de Títulos e Valores Mobiliários**

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não houve reclassificações de títulos e valores mobiliários e não existem títulos classificados na categoria "disponível para venda" e "mantidos até o vencimento".

**7. NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIAÇÃO DE VALORES**

	31.12.2016	31.12.2015
<b>Outros Créditos</b>		
Caixas de registro e liquidação	39.875	—
Devedores - Conta liquidações pendentes	91.669	33.994
Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar	—	98.585
<b>Total</b>	<b>131.544</b>	<b>132.579</b>
Ativo circulante	131.544	132.579

**11. INTANGÍVEL**

**a) Movimentação e Composição**

	31.12.2015		Exercício/2016			31.12.2016		
	Saldo contábil	Aquisição	Baixas	Amortização	Imparidade	Valor de custo	Amortização acumulada	Saldo contábil
SIBEX BM&FBVESPA	—	—	(200)	—	200	—	—	—
Softwares adquiridos	—	2	—	—	—	3	(1)	2
Softwares desenvolvimento internamente	—	52	9	(61)	—	—	—	—
Licenças de uso	—	429	436	—	(187)	966	(288)	678
<b>Total</b>	<b>—</b>	<b>483</b>	<b>445</b>	<b>(261)</b>	<b>(187)</b>	<b>200</b>	<b>(289)</b>	<b>680</b>

**b) Estimativa de Amortização**

	2017	2018	2019	2020	A partir de 2021	Total
Valores a amortizar	194	194	194	98	—	680

**12. CAPTAÇÕES NO MERCADO**

**a) Captações no Mercado Aberto**

	31.12.2016	31.12.2015
<b>Carteira Própria</b>	<b>392</b>	<b>3.249</b>
Títulos privados - Outros	392	3.249
<b>Carteira de Terceiros</b>	<b>1.539</b>	<b>1.318</b>
Títulos privados - Debêntures	1.539	1.318
<b>Total</b>	<b>1.931</b>	<b>4.567</b>
Passivo circulante	1.369	4.248
Passivo não circulante	562	319

**b) Despesas com Operações de Captação no Mercado**

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
<b>Despesas de Captações no Mercado Aberto</b>	<b>(148)</b>	<b>(355)</b>	<b>(366)</b>
Carteira própria	(148)	(355)	(366)
Carteira de terceiros	(104)	(196)	(118)
<b>Total</b>	<b>(148)</b>	<b>(355)</b>	<b>(366)</b>

**13. OUTRAS OBRIGAÇÕES**

**a) Fiscais e Previdenciárias**

	31.12.2016	31.12.2015
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	5.207	10.060
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	3.335	3.033
Impostos e contribuições a recolher	784	888
Provisão para demandas fiscais (Nota 20e1)	520	492
<b>Total</b>	<b>9.846</b>	<b>14.473</b>
Passivo circulante	4.119	3.921
Passivo não circulante	5.727	10.552

**b) Diversas**

	31.12.2016	31.12.2015
Provisões para demandas cíveis (Nota 20e1)	—	4
Provisões para demandas trabalhistas (Nota 20e1)	2.250	990
Cretores diversos - no País	13.496	23.820
Provisão para pagamentos a efetuar	10.276	11.313
Valores a pagar a sociedades ligadas	924	—
<b>Total</b>	<b>26.946</b>	<b>36.127</b>
Passivo circulante	22.437	29.364
Passivo não circulante	4.509	6.763

**14. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS**

**a) Receitas de Prestação de Serviços**

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Comissões sobre colocação de títulos	650	1.296	1.495
Corretagens de operações em Bolsa	9.039	18.342	15.541
Rendas de serviços de custódia	199	417	427
Outros serviços	225	776	805
<b>Total</b>	<b>10.113</b>	<b>20.831</b>	<b>18.268</b>

**b) Rendas de Tarifas de Serviços**

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Rendas de corretagem	964	1.597	1.410
Rendas com taxa de administração	—	—	8
<b>Total</b>	<b>964</b>	<b>1.597</b>	<b>1.418</b>

**c) Despesas de Pessoal**

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Benefícios (1.226)	(1.226)	(2.208)	(1.473)
Encargos sociais (4.339)	(4.339)	(6.464)	(4.739)
Proventos (7.353)	(7.353)	(12.440)	(8.316)
Demandas Trabalhistas (12.904)	(12.904)	(13.520)	(2.391)
Treinamentos (8)	(8)	(21)	(33)
<b>Total</b>	<b>(25.830)</b>	<b>(34.653)</b>	<b>(13.952)</b>

**d) Outras Despesas Administrativas**

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Água, energia e gás	—	(38)	(47)
Aluguéis (348)	(348)	(831)	(1.994)
Comunicações (415)	(415)	(861)	(711)
Emolumentos judiciais e cartorários (29)	(29)	(54)	(16)
Maintenance e conservação de bens (57)	(57)	(105)	(167)
Material (11)	(11)	(21)	(4)
Processamento de dados (2.787)	(2.787)	(5.320)	(5.221)
Promoções e relações públicas (158)	(158)	(385)	(606)
Propaganda e publicidade	—	—	(31)
Publicações (12)	(12)	(113)	(120)
Serviços de terceiros (7)	(7)	(25)	(98)
Serviços do sistema financeiro (134)	(134)	(397)	(418)
Serviços técnicos especializados (4.296)	(4.296)	(9.231)	(7.943)
Transportes (58)	(58)	(100)	(47)
Viagens (337)	(337)	(601)	(499)
Vigilância e segurança	—	(9)	(22)
Amortização (98)	(98)	(187)	(101)
Depreciação (14)	(14)	(61)	(95)
Outras (253)	(253)	(777)	(908)
<b>Total</b>	<b>(9.014)</b>	<b>(19.116)</b>	<b>(19.048)</b>

**e) Outras Receitas Operacionais**

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Reversão de provisões - Demandas cíveis	4	4	100
Atualização de depósitos em garantia	354	843	866
Varição monetária ativa	109	343	731
Outras	579	595	312
<b>Total</b>	<b>1.046</b>	<b>1.785</b>	<b>2.009</b>

**f) Outras Despesas Operacionais**

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Atualização de remuneração variável (ações virtuais) (2)	(2)	(619)	(96)
Despesas de Juros COFINS (adesão REFIS) (220)	(220)	(614)	(909)
Demandas fiscais (14)	(14)	(28)	(26)
Outros (429)	(429)	(350)	(1.078)
<b>Total</b>	<b>(665)</b>	<b>(1.611)</b>	<b>(2.109)</b>

**15. RESULTADO NÃO OPERACIONAL**

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
<b>Receitas não operacionais</b>	<b>200</b>	<b>200</b>	<b>—</b>
Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens	200	200	—
<b>Despesas não operacionais</b>	<b>(233)</b>	<b>(284)</b>	<b>(83)</b>
Perdas de investimentos por incentivos fiscais	(17)	(68)	(83)
Outras despesas não operacionais	(216)	(216)	—
<b>Total</b>	<b>(33)</b>	<b>(84)</b>	<b>(83)</b>

**16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a) Capital Social**

O Capital Social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 190.763 (R\$ 185.970 em 31 de dezembro de 2015), está representado por 19.076.313.565 quotas subscritas e integralizadas (18.597.000.407 quotas em 31 de dezembro de 2015). Conforme Instrumento Particular de Alteração e Consolidação do Contrato Social da Votorantim - Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e Outras Avenças realizada em 9 de abril de 2015, os sócios aprovaram o aumento do Capital Social mediante a incorporação da Reserva Especial de Lucros no valor de R\$ 16.690, com a emissão de 1.668.979.275 novas quotas realizada de maneira a manter suas respectivas participações no Capital Social da Sociedade. A alteração de capital foi aprovada pelo Banco Central do Brasil por despacho em 27 de maio de 2015. Conforme Instrumento Particular de Alteração e Consolidação do Contrato Social da Votorantim - Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e Outras Avenças realizada em 29 de abril de 2016, os sócios aprovaram o aumento do Capital Social mediante a destinação do Lucro do exercício de 2015 no valor de R\$ 4.793, com a emissão de 479.313.158 novas quotas realizada de maneira a manter suas respectivas participações no Capital Social da Sociedade. A alteração de capital foi aprovada pelo Banco Central do Brasil por despacho em 25 de maio de 2016.

**b) Reserva de Lucros**

**Reserva legal**  
 Constituída obrigatoriamente à base de 5% do Lucro Líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital Social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das Reservas de Capital exceder 30% do Capital Social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de Capital ou para compensar prejuízos.

**Reserva para expansão**  
 Para cumprimento das exigências estabelecidas na legislação societária e regras do BACEN, no encerramento do período, a Administração propõe que a parcela do lucro não distribuído, caso exista, seja destinado para "Reserva para expansão", com a finalidade de fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios. O saldo de reserva está à disposição dos acionistas para deliberação futura em Reunião de Sócios.

**Reserva especial de lucros**  
 A Administração poderá propor que a parcela do lucro não distribuído, caso exista, seja destinada para "Reserva especial de lucros", o qual ficará à disposição dos acionistas para deliberação futura em Reunião de Sócios.

**c) Dividendos**

Aos cotistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 25% do Lucro do exercício, deduzido da Reserva legal. A Administração propôs a distribuição sobre o Lucro do período no montante de R\$ 1.597 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

**Lucro líquido do período**

	Exercício/2015	Exercício/2016
Reserva legal	(337)	(337)
<b>Base de cálculo</b>	<b>6.390</b>	<b>6.390</b>
Dividendo mínimo obrigatório	1.597	1.597
<b>Valor proposto</b>	<b>1.597</b>	<b>1.597</b>
% sobre a base de cálculo	25%	25%

**Outras Obrigações**

Caixas de registro e liquidação	129	7.436
Cretores - Conta liquidações pendentes	70.434	114.513
Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar	70.492	—
Comissões e corretagens a pagar	—	89
Outras obrigações por negociação e intermediação de valores	4.588	3.591
<b>Total</b>	<b>145.643</b>	<b>125.629</b>
Passivo circulante	142.441	122.901
Passivo não circulante	3.202	2.728

**8. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS**

	31.12.2016	31.12.2015
Adiantamentos e antecipações salariais	22	102
Devedores por depósitos em garantia - Contingências (Nota 20g)	8.092	12.075
Impostos e contribuições a compensar	2.454	7.475
Ativo fiscal diferido - Crédito tributário (Nota 17d)	12.440	8.657
Outros	145	89
<b>Total</b>	<b>23.153</b>	<b>28.398</b>
Ativo circulante	6.456	13.176
Ativo não circulante	16.697	15.222

**9. INVESTIMENTOS**

|--|

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de Reais)

Visando a avaliação da suficiência de capital para fazer frente aos riscos associados e ao cumprimento dos limites operacionais regulatórios, a Sociedade elabora anualmente um plano de Capital considerando as projeções de crescimento da carteira de empréstimos e demais operações e ativos.

Mensalmente após a apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do Capital Exigido, são divulgados relatórios gerenciais de acompanhamento do Capital alocado para riscos e os índices de capitais (Basileia, Nível I e Principal) para as áreas envolvidas.

#### Índices de Capital

Os índices de capital estão sendo apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente.

Destaca-se que a partir de outubro de 2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

I - metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;

II - metodologia de apuração da exigência de manutenção de Capital, adotando requerimentos mínimos

de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal. Desde janeiro de 2014, a Resolução CMN nº 4.192/2013 define os seguintes itens referentes aos ajustes prudenciais a serem deduzidos do Patrimônio de Referência:

- ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura líquidos de passivos fiscais diferidos;
- ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;
- ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- participação de não controladores;
- investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de Sociedades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e Sociedades abertas de previdência complementar (investimentos superiores);
- créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação;
- créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.192/2013, as deduções referentes aos ajustes prudenciais serão efetuadas de forma gradativa, em 20% ao ano, de 2014 a 2018, com exceção dos ativos diferidos e instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras, os quais já estão sendo deduzidos na sua integralidade, desde outubro de 2013.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais também foi alterado, passando a considerar apenas o Conglomerado Financeiro, de 01/10/2013 até 31/12/2014, e o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN nº 4.280/2013, a partir de 01/01/2015.

Em 31 de dezembro de 2016, o Índice de Solvabilidade (Basileia) do Conglomerado Prudencial foi de 15,06% (15,23% em 31 de dezembro de 2015).

Em atendimento à Circular nº 3.678/2013 do BACEN, o Conglomerado mantém informações adicionais de seu processo de gestão de riscos disponibilizadas no *website*: [www.bancovotorantim.com.br](http://www.bancovotorantim.com.br).

### 22. OUTRAS INFORMAÇÕES

#### a) Comitê de Auditoria

Em atendimento à Resolução nº 3.198/2004 do CMN, a Sociedade aderiu ao Comitê de Auditoria instituído pelo Conglomerado Financeiro Votorantim, por intermédio da instituição líder Banco Votorantim S.A.. O resumo do relatório do referido comitê foi divulgado em conjunto com as Demonstrações Contábeis do Banco Votorantim S.A. de 31 de dezembro de 2016.

### A DIRETORIA

Alexei De Bona - Contador - PR-036459/O-3

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e aos Quotistas da Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. São Paulo - SP

#### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, e apresentadas como informação complementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
  - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
  - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
  - Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional.
  - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
  - Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- São Paulo, 09 de fevereiro de 2017



KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

João Paulo Dal Poz Alouche  
Contador - CRC 1SP245785/O-2